

FERRAMENTAS DE ACESSIBILIDADE PARA ELEITORES SURDOS EM UMA AMOSTRA CIENTÍFICO-CULTURAL NA TURMA DE 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II NA EAUFGPA.

Antonio Junior Ribeiro Lopes¹
Felipe Madureira Pereira²
Mauro Pinheiro Pastana³

RESUMO

Este estudo analisa o uso de ferramentas de acessibilidade voltadas à formação cidadã de estudantes surdos, com ênfase na compreensão do processo eleitoral, a partir de uma amostra científico-cultural desenvolvida com uma turma do 6º ano do Ensino Fundamental da Escola de Aplicação da UFGPA (EAUFGPA). Partindo da concepção sociocultural da surdez e do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua natural da comunidade surda, o trabalho fundamenta-se nos princípios da educação inclusiva e da acessibilidade comunicacional como condições essenciais para o exercício pleno da cidadania. A metodologia adotada envolveu pesquisa bibliográfica e documental, bem como a realização de uma prática pedagógica interdisciplinar, em parceria com docentes das áreas de Língua Portuguesa, História e Educação Inclusiva, contemplando um estudante com surdez bilateral e Transtorno do Espectro Autista (TEA). A amostra científico-cultural abordou as temáticas democracia, cidadania e sociedade, utilizando recursos acessíveis, como sinalário em Libras, materiais visuais e a simulação do processo de votação com apoio do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Os resultados esperados indicam que o uso de estratégias pedagógicas acessíveis contribui para ampliar a compreensão dos estudantes surdos sobre o papel do eleitor e o funcionamento das eleições, além de fortalecer sua autonomia, identidade cultural e participação social. Conclui-se que a inclusão efetiva vai além da presença física do aluno surdo, exigindo práticas pedagógicas contínuas, bilíngues e culturalmente sensíveis, capazes de promover a formação cidadã e o fortalecimento dos valores democráticos desde os anos iniciais da escolarização.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Surdez; Acessibilidade comunicacional; Libras; Cidadania.

INTRODUÇÃO

A construção de uma sociedade democrática pressupõe a participação ativa e consciente de todos os cidadãos nos processos políticos e sociais. No Brasil, o direito ao voto é garantido constitucionalmente, sendo um dos principais instrumentos de exercício da cidadania. Contudo, apesar dos avanços legais e institucionais no campo dos direitos humanos e da inclusão, ainda

¹Professor Substituto de Educação Especial e Inclusiva, Mestre em Administração, e-mail: anjrlopes@gmail.com;

²Estagiário de Educação Especial e Inclusiva, Graduando em Serviço Social, e-mail: felipemadureira036@gmail.com;

³Profissional de Apoio de Educação Especial e Inclusiva, Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Música, maupop.past@gmail.com

persistem barreiras que dificultam o pleno acesso de determinados grupos sociais aos espaços de participação política, entre eles, as pessoas surdas. A acessibilidade comunicacional, especialmente para sujeitos que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras), configura-se como elemento central para garantir não apenas o direito formal ao voto, mas também a compreensão crítica e autônoma dos processos eleitorais.

A surdez, compreendida na perspectiva sociocultural, não se restringe a uma condição biomédica, mas envolve identidades, linguagens e formas próprias de interação com o mundo. Nesse sentido, a Libras ocupa lugar fundamental como língua natural da comunidade surda no Brasil, reconhecida oficialmente pela Lei nº 10.436/2002. No entanto, a presença dessa língua nos espaços educativos, políticos e institucionais ainda é limitada, o que compromete o acesso à informação e à formação cidadã. No contexto escolar, especialmente no Ensino Fundamental, torna-se imprescindível que práticas pedagógicas inclusivas promovam o desenvolvimento da consciência política e social dos estudantes surdos, considerando suas especificidades linguísticas e culturais.

É nesse cenário que se insere a proposta deste trabalho, que aborda o uso de ferramentas de acessibilidade para eleitores surdos a partir de uma amostra científico-cultural desenvolvida com uma turma do 6º ano do Ensino Fundamental na EAUFPA. A escola, enquanto espaço de formação integral, desempenha papel estratégico na construção de valores democráticos, na promoção da cidadania e na valorização da diversidade. Assim, ao articular acessibilidade, educação e participação política, este estudo busca contribuir para a reflexão sobre práticas pedagógicas que fortaleçam o protagonismo de estudantes surdos desde os anos iniciais da escolarização.

A introdução de temáticas relacionadas ao voto, às eleições e à cidadania no currículo escolar possibilita que os alunos compreendam, desde cedo, a importância do engajamento social e político. Para os estudantes surdos, essa abordagem precisa ser mediada por recursos acessíveis, tais como vídeos em Libras, materiais visuais, jogos educativos adaptados e atividades interativas que respeitem sua forma de comunicação. Nesse sentido, as chamadas amostras científico-culturais tornam-se estratégias potentes, pois articulam conhecimento teórico, vivência prática e expressão criativa, favorecendo a aprendizagem significativa e a inclusão efetiva.

No corpo deste resumo expandido, serão apresentadas as linhas gerais que estruturam a pesquisa. Inicialmente, discute-se o referencial teórico que fundamenta a relação entre educação inclusiva, acessibilidade comunicacional e cidadania. Em seguida, descreve-se a metodologia adotada na realização da amostra científico-cultural com a turma do 6º ano, destacando os recursos utilizados e as estratégias pedagógicas desenvolvidas. Posteriormente, são analisadas as contribuições da experiência para a formação dos estudantes surdos no que se refere à compreensão do processo eleitoral e ao fortalecimento de sua identidade como sujeitos de direitos. Por fim, apresentam-se as considerações finais, apontando os resultados esperados e as possibilidades de ampliação da proposta.

Diante disso, este estudo tem como objetivo geral analisar como o uso de ferramentas de acessibilidade pode contribuir para a formação cidadã de estudantes surdos, especificamente no que se refere à compreensão do processo eleitoral, por meio de uma amostra científico-cultural realizada com uma turma do 6º ano do Ensino Fundamental na EAUFPA.

Como objetivos específicos, busca-se: identificar as principais barreiras comunicacionais enfrentadas por estudantes surdos no acesso às informações sobre eleições e cidadania; descrever as ferramentas de acessibilidade utilizadas na amostra científico-cultural; refletir sobre o potencial das práticas pedagógicas inclusivas na formação política de alunos surdos.

Assim, ao articular educação, acessibilidade e participação social, este trabalho pretende evidenciar que a inclusão não se limita à presença física do estudante surdo na escola,

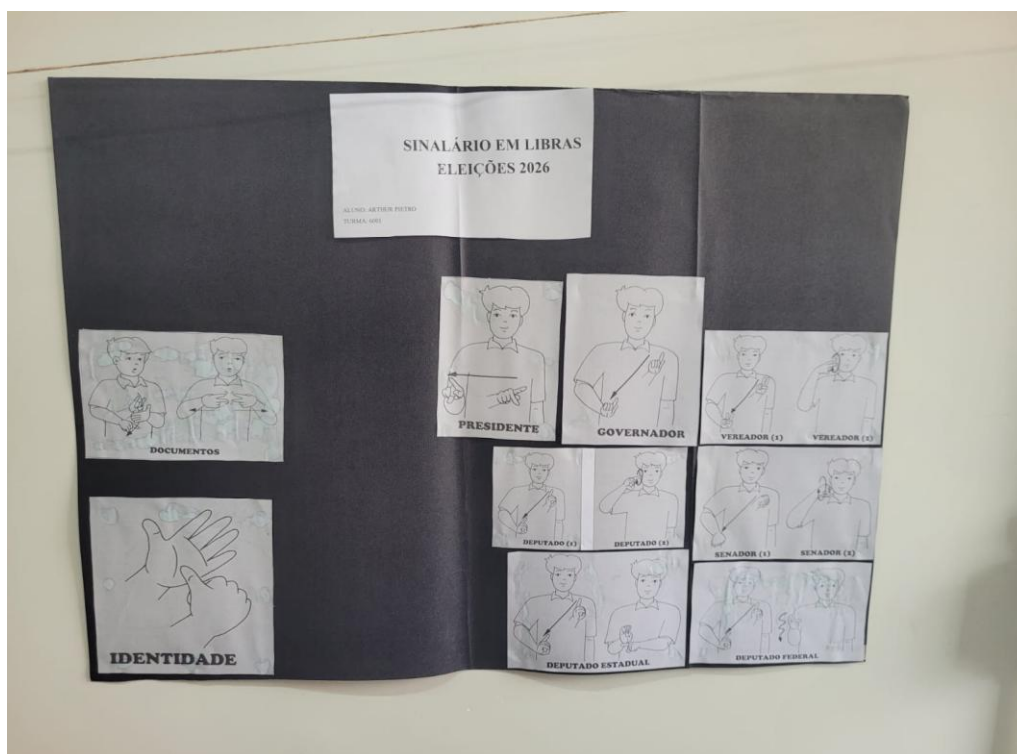
mas envolve a garantia de condições reais para que ele compreenda, participe e exerça plenamente sua cidadania.

METODOLOGIA

Na Escola de Aplicação da UFPA (antigo NPI) foi realizado o trabalho em três etapas: sendo o primeiro a pesquisa bibliográfica e documental onde se realizou o levantamento de artigos científicos, livros, leis e decretos, monografias e dissertações de trabalho para dar uma base de fundamentação teórico-científico, em seguida a segunda etapa foi realizado a parceria entre os docentes das seguintes áreas dos conhecimentos: Língua Portuguesa, História e Educação Inclusiva responsáveis pela turma da 6005 no turno da tarde da Instituição de Ensino para elaboração do trabalho adaptado de um aluno com TEA e surdez bilateral sendo que o aluno está no processo de alfabetização em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Desta forma a temática da turma é democracia, cidadania e sociedade. E os títulos foram: Onde está a democracia? e Democracia ontem e hoje. Para acessibilidade do aluno tea com surdez foi feito um sinalário em LIBRAS dos principais candidatos de uma eleição com sinal + imagem + palavra dentro da estrutura gramatical da LIBRAS. Segue abaixo uma ilustração do trabalho apresentado na proposta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) Colaborativo, na amostra científico-cultural que foi realizado no dia 31/01/2026 (sábado) no turno da manhã com a presença do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TER-PA) a docente de história fez o contato via ofício e os representantes do órgão citado trouxeram urnas de votação e os equipamentos para simulação de como funciona e apresentado para comunidade escolar.

Sinalário em LIBRAS apresentado na Amostra Científico-Cultural



Fonte: Pesquisa de Campo (2026).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação inclusiva tem como princípio fundamental a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas especificidades físicas, sensoriais, culturais e linguísticas. No caso das pessoas surdas, a acessibilidade comunicacional é condição indispensável para que o processo educativo seja efetivo e significativo. Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, “a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos” (BRASIL, 2008, p. 10).

A surdez, sob uma perspectiva sociocultural, não deve ser compreendida apenas como uma limitação auditiva, mas como uma diferença linguística e identitária. Skliar (1998) afirma que a comunidade surda constitui um grupo cultural com língua, valores e formas próprias de interação social. Nesse sentido, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida como a língua natural dos surdos no Brasil, conforme a Lei nº 10.436/2002, sendo elemento central na mediação do conhecimento e na formação cidadã desses sujeitos.

Segundo Quadros (2004, p. 19), “a língua de sinais é uma língua visual-espacial, com estrutura gramatical própria, que possibilita à pessoa surda o desenvolvimento cognitivo e social em igualdade de condições”. Assim, garantir o uso da Libras nos espaços educacionais é assegurar o direito à comunicação, à informação e à participação plena. A ausência de recursos acessíveis compromete não apenas a aprendizagem, mas também o exercício da cidadania, especialmente em temas relacionados à política e à democracia.

A formação cidadã é uma das funções centrais da escola, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, ao afirmar que a educação visa ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, art. 205). Para estudantes surdos, esse preparo exige práticas pedagógicas que considerem suas especificidades linguísticas e culturais, garantindo acesso às informações sociais, políticas e eleitorais.

Nesse contexto, a utilização de ferramentas de acessibilidade torna-se essencial. Recursos como vídeos em Libras, materiais visuais, tecnologias digitais acessíveis e mediações bilíngues favorecem a compreensão de conteúdos complexos, como o processo eleitoral. Segundo Mantoan (2003, p. 24), “incluir é reconhecer a diversidade como valor e não como obstáculo”. Dessa forma, a inclusão não se limita à presença física do aluno surdo na sala de aula, mas envolve a oferta de condições reais para sua participação ativa.

As amostras científico-culturais, por sua vez, configuram-se como estratégias pedagógicas que articulam teoria e prática, promovendo o protagonismo estudantil. Para Freire (1996), a educação deve ser um processo dialógico, no qual o aluno se reconhece como sujeito histórico e transformador da realidade. Quando estudantes surdos participam de atividades que abordam cidadania e democracia por meio de recursos acessíveis, ampliam-se suas possibilidades de compreensão crítica do mundo.

Além disso, o uso de metodologias ativas favorece o engajamento e a autonomia dos alunos. Segundo Moran (2015, p. 18), “aprendemos mais quando participamos ativamente do processo, quando experimentamos, debatemos e refletimos”. Assim, a aplicação de uma amostra científico-cultural com ferramentas acessíveis contribui para que o estudante surdo compreenda o papel do eleitor e reconheça sua importância no contexto democrático.

Portanto, a fundamentação teórica deste estudo articula três eixos principais: educação inclusiva, acessibilidade comunicacional e formação cidadã. Ao integrar esses elementos, o trabalho busca evidenciar que a promoção da cidadania entre estudantes surdos depende diretamente da oferta de práticas pedagógicas acessíveis, bilíngues e culturalmente sensíveis, capazes de garantir o direito à informação e à participação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou refletir sobre a importância do uso de ferramentas de acessibilidade na formação cidadã de estudantes surdos, com foco na compreensão do processo eleitoral, a partir de uma amostra científico-cultural realizada com uma turma do 6º ano do Ensino Fundamental na EAUFPA. Ao articular educação inclusiva, acessibilidade comunicacional e participação social, a proposta evidenciou que a garantia do direito à cidadania passa, necessariamente, pelo acesso pleno à informação em uma língua que seja significativa para o sujeito surdo, especialmente a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Espera-se, como principal resultado, que a utilização de recursos acessíveis — como materiais visuais, vídeos em Libras, mediações bilíngues e atividades interativas — contribua para ampliar a compreensão dos estudantes surdos acerca do papel do eleitor, do funcionamento das eleições e da importância da participação política em uma sociedade democrática. A amostra científico-cultural, ao promover uma abordagem prática e dialógica, tende a favorecer o protagonismo dos alunos, fortalecendo sua autonomia, sua identidade cultural e o reconhecimento de si mesmos como sujeitos de direitos.

Outro resultado esperado refere-se à sensibilização da comunidade escolar quanto à necessidade de práticas pedagógicas inclusivas que ultrapassem a lógica da adaptação pontual e avancem para uma perspectiva efetivamente acessível. Nesse sentido, a experiência desenvolvida pode contribuir para que professores e gestores repensem suas metodologias, incorporando a acessibilidade comunicacional como princípio permanente do planejamento pedagógico, e não como recurso excepcional.

Como consideração complementar, destaca-se que a formação cidadã de estudantes surdos não deve ser compreendida como um processo isolado ou restrito a projetos específicos, mas como uma ação contínua, integrada ao currículo e às práticas escolares cotidianas. A escola desempenha papel fundamental na construção de valores democráticos e no combate às desigualdades, sendo imprescindível que reconheça e valorize a diversidade linguística e cultural presente em seu espaço.

Por fim, este estudo aponta a necessidade de ampliação de pesquisas e práticas que abordem a relação entre surdez, acessibilidade e cidadania, especialmente nos anos iniciais da escolarização. Ao garantir condições reais de participação e compreensão, a educação inclusiva contribui não apenas para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes surdos, mas também para o fortalecimento de uma sociedade mais justa, democrática e plural.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 25 abr. 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MORAN, José Manuel. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Penso, 2015.
- QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.